

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

19 a 25 de Abril de 1992 Nº 34

ANGOLA: Visitas importantes agitam a cena política

O sub-secretário de estado norte-americano para os assuntos africanos, Herman Cohen, visitou Angola com o objectivo de avaliar o processo de paz, e aproveitou a oportunidade para deixar claro que os EUA torcem pela realização da eleições em setembro, sob qualquer circunstância. Além da pressão para a realização das eleições, Cohen realizou contatos com embaixadores da Comunidade Europeia visando dividir os custos das eleições angolanas.

O serviço de protocolo do Vaticano anunciou o programa da visita que João Paulo II realizará, em junho, a Angola. Este programa, que não incluía Jamba, causou uma certa irritação na UNITA. No entanto está previsto um encontro entre Savimbi e o Papa em Luanda. Na semana passada foi acertada também a criação da Universidade Católica de Angola (UCA), que será inaugurada no dia três de novembro.

Outra importante visita a Angola será confirmada na próxima semana. Trata-se do Presidente da República de Portugal, Mário Soares. Esta será a primeira visita oficial de um chefe de Estado português a Angola, depois da Independência.

Além dos anúncios das importantes visitas a Angola, o país foi sacudido pela nova desvalorização do kwanza, de 205 por cento em relação ao dólar. Com este ajuste o dólar passou a custar Kz.550,00. (p.3-8).

Nesta Edição

Portugueses que apoiam a UNITA comentam as denúncias de violações de direitos humanos na Jamba

p.3

José Eduardo dos Santos fala sobre as relações entre Igreja e Estado

p.5

O líder da Frente Democrática da Guiné-Bissau fala ao jornal *Público* sobre a política de seu país

p.10

Cohen anuncia ajuda a Moçambique

p.11

São Tomé e Príncipe: conciliação poderá pôr fim à crise política

p.12

MOÇAMBIQUE: a luta pela paz continua

A intervenção internacional já se movimenta visando desbloquear o presente impasse. Os EUA, tendo a frente o seu secretário de estado para assuntos africanos, Herman Cohen, que na semana passada, esteve em Maputo, procuram implantar "idéias de consenso" naquele conturbado contexto. Cohen, após encontro com o Presidente Chissano, mais uma vez sublinhou a necessária urgência do Governo e da Renamo assinarem um acordo de cessar-fogo. Sugeriu ainda que, nas negociações em Roma, deve-se de imediato discutir-se as polémicas questões militares, e não a antecipação das questões constitucionais. O partido Frelimo, que acredita obter maioria eleitoral, propõe transferir para o interior da futura Assembleia Constituinte as necessárias alterações constitucionais, assim, retardaria e impediria as modificações atualmente pretendidas pela Renamo (p.11).

ÁFRICA DO SUL: cruzada contra a violência

Enquanto Buthelezi culpa Satã pela crescente violência, uma proposta mais concreta sugeriu Uffe Ellemann-Jensen, ministro de Negócios Estrangeiros da Dinamarca, que proporá aos países integrantes da CE a possibilidade de ser enviada uma força internacional de paz - que não seria militar, embora incluísse forças policiais - à África do Sul. Desmond Tutu e Mandela teriam apoiado a idéia, que, por outro lado, suscitou no ministro da Defesa sul-africano, Roelt Meyer, a advertência de que "seria tida como uma ingerência nos assuntos internos" sul-africanos. Quais seriam as posições de de Klerk, da CODESA e das demais forças políticas da África do Sul?

Proclamando "devocão e lealdade ao ANC", Winnie Mandela comunicou que abandonará suas funções de chefe do departamento de assistência social, não indicando se também abandonará o Comité Executivo da organização (p.12).

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

PORTUGAL-PALOP: novas (e boas) perspectivas para a cooperação

Representantes de Portugal e dos PALOP reuniram-se em Portugal, no Centro Cultural de Belém, para debater o futuro da cooperação entre os Estados Africanos e a Comunidade Européia. O documento final da reunião apresenta como destaque a proposta de "criação de um organismo permanente de caráter técnico, que proceda ao acompanhamento e avaliação da cooperação conjunta entre Portugal e os cinco." A criação deste organismo pode insuflar um novo fôlego na estratégia euro-africana de Portugal; a presidência portuguesa da CE pode pleitear a criação da "Plataforma Comunitária para Angola" e uma eventual concessão de ajuda às vítimas da seca que assola a África Austral com muito mais respaldo político.

Estas melhores perspectivas para a cooperação estão também relacionadas com o reconhecimento dos PALOP, por parte da CE, enquanto grupo regional, nos quadros dos Acordos de Lomé. Isto pode representar uma nova política da CE para com os PALOP, tradicionalmente caracterizada por intervenções pontuais. Esta reunião, que seguiu-se à criação por Portugal de um Fundo para a Cooperação Económica (cf. *A Semana* no.26), demonstra o vivo interesse, por parte tanto de Portugal quanto dos PALOP, de intensificar a cooperação.

Uma área privilegiada desta é a educação. E a educação estaria no centro dos debates da II. Semana de Cooperação, organizada pelo Instituto Superior Técnico e a Associação dos Estudantes dos PALOP, que deverá ter ocorrido em Lisboa, entre 21 e 25 de abril. Três são os pontos fundamentais desta "II. Semana": a formalização do protocolo de criação da Escola Superior de Engenharia de Cabo Verde (que deverá estar em funcionamento já em outubro, sendo a primeira instituição de ensino superior do arquipélago); a preparação de um programa de intercâmbio no ensino superior; e a criação de um Instituto Luso-Africano de Cooperação, ligado ao IST, ao Instituto Nacional de Administração e à Fundação Gulbenkian, que coordenará os processos de financiamento, contratos e programas de investigação para os PALOP (p.1-2).

O

Instituto Superior Técnico, o Instituto

Nacional de Administração e a Fundação Gulbenkian vão criar um instituto que se ocupará, em termos profissionais, de organizar processos e obter financiamentos para a cooperação nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Este será um dos resultados mais importantes da 2ª Semana da Cooperação organizada pelo Instituto Superior Técnico e pela respectiva Associação de Estudantes e que decorrerá de 21 a 25 de Abril, reunindo em Lisboa os ministros da Educação — e também de outras áreas — dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e um alto representante da UNESCO.

Outro ponto fundamental será a formalização do protocolo de criação da Escola Superior de Engenharia de Cabo Verde, cuja entrada em funcionamento está prevista para o próximo mês de Outubro.

Um terceiro grande objectivo da Semana da Cooperação é a preparação de um programa de intercâmbio no ensino superior feito à semelhança do programa comunitário Erasmus, mas aplicado aos países lusófonos de África.

A "Semana da Cooperação" engloba iniciativas nos

Instituto para a Cooperação nasce na próxima semana

planos científico, cultural e empresarial, mas será à margem dos debates e exposições — e nos planos político e económico — que se vão surgir os resultados mais importantes. A criação do Instituto Lusó-Africano de Cooperação, liderado pelo Instituto Superior Técnico, o

Instituto Nacional de Administração e a Fundação Gulbenkian, com a participação de empresas interessadas na cooperação, permitirá coordenar e preparar, de uma forma profissional, os processos de financiamentos, contratos, programas de investigação para aqueles

países. Será uma agência com conhecimento profissional dos passos necessários para a preparação dos "dossiers" e simultaneamente com conhecimento das condições e necessidades de cada país.

A criação da Escola Superior de Engenharia de Cabo

Verde, cuja ideia inicial foi lançada no ano passado, na 1ª Semana da Cooperação realizada no IST, vai ser agora formalizada. Em princípio, será assinado na próxima semana um acordo nesse sentido entre os governos dos dois países — assinatura que poderá ser adiada para

PÚBLICO

QUARTA FEIRA, 15 ABRIL 1982

Um programa imenso

UM INSUFLÁVEL branco gigante, instalado já na entrada principal do IST, abrigará uma exposição sobre "Ciência, Investigação e Desenvolvimento", com a participação de instituições e empresas dos PALOP e de Portugal. Em paralelo, será inaugurada no primeiro dia da "Semana da Cooperação" — a próxima terça-feira — uma exposição de arte africana, no átrio do IST. No primeiro andar, o salão nobre acolherá, entre terça e sexta-feira, debates sobre aspectos da política, educação, cooperação e economia, contando sempre com a participação de membros dos governos português e dos PALOP.

O Presidente da República presidirá à abertura solene da "Semana da Cooperação", às 15 horas de terça-feira, e logo a seguir haverá o primeiro debate, introduzido pelo ministro da Educação Couto dos Santos, sobre "Portugal, os PALOP e o futuro", com o secretário de Estado da Juventude

Nuno Ribeiro da Silva, Sá Machado, Fraústo da Silva e Manuela Cordeiro.

Uma conferência e dois debates são centrados em temas de Educação, na quarta-feira. "Projecto e Planeamento da Educação como factor de desenvolvimento" é o tema de uma conferência a proferir por J. Hallak, director do Instituto Internacional para o Planeamento da Educação, organismo dependente da Unesco, às 10 horas. Seguir-se-á um debate sobre cooperação no ensino, educação e formação, com a participação do secretário de Estado adjunto do ministro da Educação, Alarcão Troni, e Marçal Grilo, Alberto Amaral, Rui Alarcão, José Augusto Seabra, Fernando Guimarães, Ismael Martins e Jorge Roque, além de representantes dos PALOP. À tarde, o tema do debate será o financiamento, planeamento e gestão do ensino universitário, com a participação do secretário de Estado dos Recur-

sos Educativos, Bracinha Vieira, e Simões Lopes, Renato Araújo, Valadares Tavares, Jorge de Oliveira, Barata Marques e José Manuel Tribolet.

Na quinta-feira à tarde, haverá uma conferência sobre "Cooperação, investigação e indústria", por Jacques Sant'Ana Calazans, seguida de um debate sobre "Transferência de tecnologias, investigação e desenvolvimento", com o ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, e Miguel Anacoreta Correia, Mariano Gago, Arantes de Oliveira, e Rodrigues de Carvalho.

O último painel de debate será sobre "A Comunidade Europeia, a Convenção de Lomé, Portugal e os PALOP", com o secretário de Estado da Integração Europeia, Vitor Martins, e Matos Rosa, Isabel Lopes Dias, Ennes Ferreira e José Gonçalves.

A sessão de encerramento será presidida pelo secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso, às 17 horas de sexta-feira. ■

A Escola Superior de Engenharia, que arrancará em Outubro com 50 alunos, engloba cursos de engenharia industrial, naval, civil e hidráulica e constituirá a primeira instituição de ensino superior de Cabo Verde, contando com financiamentos de instituições inter-

nacionais.

Alunos são professores

Pedro Borges e Paulo Serra, da Associação de Estudantes do IST, revelaram ao PÚBLICO que estão em preparação — e vão ser aprofundadas na "Semana da Cooperação" — novas formas de intercâmbio com as instituições de ensino superior dos PALOP. Entre estas, desta-

ca-se a possibilidade de alunos dos últimos anos do IST irem terminar o curso em Angola, dando aulas aos alunos dos primeiros anos do curso de engenharia em Luanda e beneficiando de perspectivas de trabalho futuro em empresas deste país. "No ano passado, os alunos do primeiro e do segundo anos do curso de engenharia de Angola não puderam passar de ano, por falta de professores", afirmou Pedro Borges. Simultaneamente, e segundo Pedro Borges, abre-se a possibilidade de alunos africanos dos últimos anos do IST trabalharem em empresas dos respectivos países durante os períodos de férias, tomando contacto com a realidade económica ainda antes de terminarem os cursos. ■

Maio, aquando da visita do primeiro-ministro de Cabo Verde a Portugal. O protocolo de criação da Escola será depois firmado entre o IST e a Comissão Instaladora do Ensino Superior de Cabo Verde, recentemente nomeada.

Uma delegação do Instituto Superior Técnico, chefiada pelo respectivo presidente Jorge Dias de Deus, esteve há três semanas em Cabo Verde a tratar directamente da criação desta escola superior. "Não será uma escola com professores do Técnico — explicou ao PÚBLICO Dias de Deus — porque não é esse o entendimento que temos da cooperação".

E esclareceu: "O ideal será que dentro de cinco anos a Escola Superior de Engenharia funcione autonomamente, com professores daquele país, alguns já ali formados, mas para já estão a ser feitos contactos com quadros cabo-verdianos, residentes em Cabo Verde ou em Portugal, para leccionarem na nova escola. É um problema que compete às autoridades de Cabo Verde, pois os contratos dependem sobretudo das condições de trabalho oferecidas. A ideia não é apenas a criação de uma escola de ensino superior mas também, a transmissão da nossa experiência no campo do contacto e da cooperação com as empresas."

2 PALOP batem à porta dos Doze

SE ENID Blyton aqui estivesse, poderia acrescentar mais um tomo às suas famosas histórias de aventuras para a infância e juventude. O título escolhido seria «Os Cinco Descubrem a Europa», e a narrativa uma espécie de alegoria onde os adolescentes se fariam representar pelos cinco PALOP, que durante dois dias assentaram arraias no Centro Cultural de Belém (CCB) para discutir o futuro da cooperação — enquanto estados africanos — com a Comunidade Europeia.

Os dois anfitriões, João de Deus Pinheiro e Durão Barroso, aproveitaram estrategicamente a arquitetura mediterrânica do CCB, para marcar pontos no desenvolvimento da política de relações diplomáticas e económicas entre os Doze e os Cinco, com Portugal a ocupar o xadrez, da meia dúzia. Esta metáfora de porta entreaberta para o aprofundar da cooperação Norte-Sul que, ao nível comunitário, tem sido relegada para segundo plano desde a queda do muro de Berlim, conseguiu recuperar um novo fôlego esta semana em Lisboa.

Foi com pompa e circunstância que o grupo dos «5+1» revelou, ao final da manhã de quarta-feira, um documento de conclusões em 26 compassos de reflexão, que traduz o esforço de dois dias de trabalho e de dois anos de contactos bilaterais.

Passando dos preliminares aos finais, o destaque principal vai para a alínea 22 do relatório, onde vem explicitamente mencionado que os «ministros decidiram mandar os respectivos embaixadores em Lisboa para em conjunto com um representante do Governo português apresentarem, até 15 de Julho próximo, uma proposta de criação de um organismo permanente de carácter técnico, que proceda ao acompanhamento e avaliação da cooperação conjunta entre Portugal e os Cinco».

A definição jurídica deste «organismo» só estará concluída depois do Conselho Europeu de Lisboa, mas o seu anúncio constitui a mais importante acção de charme da presidência portuguesa na vertente euro-africana. É com este capital de «prestígio» que os «habitantes» do Palácio das Necessidades se sentem em condições de salientar a criação da Plataforma Comunitária

para Angola e a «eventual concessão de uma ajuda extraordinária às populações mais afectadas pela seca que atinge a África Austral».

Alargar Lomé

A elaboração deste texto beneficiou do facto de Bruxelas ter reconhecido os cinco PALOP como um grupo regional no âmbito da Convenção de Lomé, apesar da sua descontinuidade geográfica. O IV Protocolo deste acordo prolonga-se até ao ano 2000 e funciona como uma espécie de «guia espiritual» que orienta as relações de cooperação entre a CE e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), prevendo a criação de dinâmicas de cooperação privilegiadas entre estados com continuidade geográfica.

A aceitação dos PALOP enquanto grupo regional é feita pela matriz da língua e pelo efeito charmeira de Portugal, que passa de antigo país colonizador a cooperante privilegiado.

Até aqui, as relações da CE com os Cinco têm-se concretizado por um conjunto de intervenções pontuais, iniciado pouco tempo depois da autonomização destes países enquanto estados independentes. A ajuda económica foi canalizada para acções que giram em torno de quatro eixos fundamentais: desenvolvimento rural (com programas de apoio às culturas africanas), apoios à política de pescas e assinatura de acordos comerciais para escoamento da matéria-prima, apoio à criação de infra-estruturas económicas e sociais, e apoio a acções que visem a implementação das trocas comerciais.

A estabilização da situação política na África Austral e a assinatura do acordo de paz em Angola vieram abrir novas perspectivas de cooperação, a tempo de serem aproveitadas em termos diplomáticos pela presidência portuguesa da CE.

Foi neste contexto que os ministros dos Cinco «saúdam a recente criação por Portugal do Fundo para a Cooperação Económica com o objectivo de apoiar a concretização de novos projectos comuns de desenvolvimento, particularmente no âmbito do sector privado».

Ensinar para cooperar

A transferência de tecnologia educativa pode ser a

«lança em África» que Portugal vai deitar para fomentar as relações do clube dos Doze com o grupo dos Cinco. Sem saber muito bem a qual das famílias culturais pertence, Portugal beneficia do factor «língua» para afastar a eficiente concorrência francesa, italiana e espanhola, exportando capital técnico e humano.

Assim, Vítor Ramalho, um dos assessores do Presidente da República que têm acompanhado as questões africanas, comenta, a título privado, a necessidade de promover urgentemente uma «acção de reciclagem e formação profissional em Angola, capaz de reintegrar os contingentes de pessoas desmobilizadas pelo fim da guerra e que têm de aprender a trabalhar».

A aproximação surge também por via das instituições, e a actual tendência de transferir e transpor «know-how» do Direito português para os PALOP pode criar situações paradoxais. Por um lado, existe o perigo de esta aproximação jurídica ser interpretada como uma forma de neo-colonialismo, enquanto, por outro, pode evitar hipotéticas tensões negociais entre os Doze e os Cinco pela aproximação das suas ordens institucionais.

Manuela Goucha Soares

da convenção de Lomé. Considerada um passo decisivo, que a descontinuidade geográfica entre Angola, Moçambique, a Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé dificultou durante muito tempo, o reconhecimento da nova «entidade regional», por enquanto limitado ao quadro da convenção de Lomé, abre as portas para uma nova etapa na cooperação entre a CE e os «cinco».

Foi nessa perspectiva que os representantes dos PALOP trouxeram para Lisboa um «pacote» de seis projectos de cooperação, concertados há cerca de um mês na cimeira de S. Tomé, que serão agora submetidos à apreciação de técnicos portugueses e deverão contar com o apoio de Portugal junto dos parceiros comunitários.

Lisboa «apadrinha» projectos dos PALOP junto dos Doze

PUBLICO 15 ABRIL 1992

Joaquim T. de Negreiros

A criação de um fundo de apoio à resistência timorense, uma ideia lançada na última cimeira dos cinco PALOP, em S. Tomé, e ontem lembrada pelos representantes da Convergência Nacionalista timorense perante os ministros dos Negócios Estrangeiros dos «cinco» e de Portugal, foi rejeitada por Lisboa (...)

O comunicado final da reunião «5+1», que será divulgado hoje, não deverá, portanto, fazer qualquer referência ao fundo de apoio à resistência, embora deva conter uma posição comum de condenação às violações de direitos humanos em Timor e ao direito do povo timorense à autodeterminação.

O mesmo comunicado deverá também constituir um marco no sentido da evolução qualitativa do diálogo político e da cooperação no espaço lusófono. Ontem, as discussões alongaram-se sobre as diversas modalidades de cooperação — entre os «cinco», entre Portugal e os «cinco», variantes trilaterais envolvendo a CE — e gerou-se um consenso que poderá levar à institucionalização de reuniões como a que movimentou o Centro Cultural de Belém.

No que diz respeito à intenção de «potenciar os mecanismos actuais de cooperação» — para usar a expressão do ministro Deus Pinheiro —, as expectativas aumentaram significativamente com o reconhecimento dos «cinco» enquanto «entidade regional», no âmbito

Coube a Deus Pinheiro e a Alda Bandeira, a ministra dos Negócios Estrangeiros de S. Tomé, que ocupa a presidência rotativa dos «cinco», abrir os trabalhos da reunião interministerial, ontem de manhã.

Num tom muito semelhante, o responsável português e a diplomata africana salientaram as condições criadas ao desenvolvimento da cooperação pelas transformações recentes na cena internacional. Uma única sombra destoou do optimismo expresso, em nome dos «cinco», pela ministra de S. Tomé: o impasse no processo de paz em Moçambique, no qual todos os PALOP gostariam de ver reforçada a participação portuguesa. ■

'Lobby' português da UNITA: a hora do incómodo

EXISTE um óbvio incómodo entre o «lobby» português da UNITA. As recentes revelações sobre a eliminação de Tito Chingunji e Wilson Santos e dos seus familiares trouxeram para primeiro plano o debate sobre a violação dos direitos humanos na Jamba. Para aqueles que, em Portugal, promoveram nos últimos anos a imagem do movimento de Jonas Savimbi, associando-o aos ideais da democracia e do pluralismo, chegou a hora de confrontar as palavras com os factos.

Inquiridos pelo EXPRESSO, João Carlos Espada, Maria Antónia Palla, Rui Gomes da Silva, Xavier Figueiredo, João Soares e Fernando Trigo reafirmam as razões que, ao longo do tempo, os identificaram como defensores dos rebeldes angolanos. Contudo, o registo é variado quando se referem aos fuzilamentos: desde os que pura e simplesmente não acreditam na responsabilidade de Savimbi nos crimes, até aos que vêem nas recentes notícias a confirmação de antigas suspeitas, passando pelos que, denotando alguma má consciência, invocam as mortes

«Nunca fui apoiante do movimento»

1. Foi, evidentemente, uma surpresa. Quanto à minha ideia sobre a UNITA, com certeza que é hoje bastante mais negativa. Mas nunca fui um apoiante do movimento propriamente dito; vi-

Jamba, em 1987, para manifestar o meu apoio a uma solução pacífica e pluralista em Angola. Continuo a defender esse tipo de solução, mas vejo agora que a UNITA parece desejá-la menos do que eu suponha.

2. Não comuniquei, porque não mantive contactos com a UNITA depois da minha visita à Jamba, além de que estou agora a viver em Inglaterra. Duvido que a democracia angolana possa viingar se ficar entregue à partilha entre dois grupos militares como o MPLA e a UNITA.

«Não embarco em reacções orquestradas»

1. Por muito desagradável que seja sabermos que alguém em concreto foi fuzilado, não constitui surpresa sabermos que um movimento de guerrilha pratica a violência. Isso não altera o que penso da UNITA, enquanto movimento que propôs a alteração do sistema angolano no sentido da democracia. Se a UNITA vai ou não fazer um jogo democrático, isso é o que resta saber. Mas a UNITA foi o único movimento político angolano que colocou claramente a questão da existência de um regime pluripartidário e de um sistema baseado no princípio «um homem, um voto».

Esse é o projecto que fará avançar a África.

2. Tenho contactos regulares com pessoas da UNITA. Sempre lhes disse que tinham que se preparar para um modo de vida que implique o respeito pelos direitos humanos.

Sou claramente contra o fuzilamento de prisioneiros. Mas nunca embarquei numa reacção orquestrada por pessoas que negaram a existência de uma guerra civil e agora aparecem como campeões dos direitos humanos por causa destas mortes. Quanto a este caso, pedimos informações e inquirimos. Mas sei que nunca seremos suficientemente informados; só a democracia torna a vida política transparente.



João Carlos Espada (sociólogo)



Maria Antónia Palla (jornalista)

«Creio que se está a tomar a nuvem por Juno»

1. As razões porque apoio a UNITA mantêm-se. Eu apoio a UNITA por razões ideológicas, porque ela é contra o MPLA e o marxismo-leninismo. Não compreendo que se venha legitimar, «a posteriori», o MPLA, devido ao que aconteceu. Tanto foi errado o comportamento da UNITA como é errado servirem-se desse comportamento para legitimar o MPLA.

2. Não me compete dar conhecimento à UNITA do que penso. Lamento e condeno os fuzilamentos, mas não esqueço que a UNITA rompeu com os marxistas quando ainda não havia razões aparentes para romper. Acho profundamente lamentável a violação dos direitos humanos e o facto de ela ter acontecido já depois da assinatura dos acordos de paz. Mas não se deve confundir a essência de um problema com a essência de outro: a UNITA surgiu como o contraponto a uma ditadura e só a guerra civil em Angola fez entre 300 a 500 mil mortos. Creio que se está a tomar a nuvem por Juno.

«Os acusadores tentam justificar a sua dissidência»

1. A pergunta tem implícito um juízo de valor que considero despropositado. O que se sabe dos fuzilamentos provém de dois homens que entraram em dissídio com a UNITA. Estão a desempenhar um papel, tentando justificar a dissidência. As suas acusações não estão provadas. E falta saber o que tem a dizer a UNITA, baseando-se nas conclusões de um inquérito. Nos últimos anos, a UNITA foi ciclicamente objecto de graves acusações, muitas das quais se verificou serem meros exercícios de propaganda. Por que não dar-lhe o benefício da dúvida, até prova em contrário?

2. As minhas preocupações no que toca às violações dos direitos humanos em África vêm de longe. Custaram-me muitos diasabo-



Rui Gomes da Silva (deputado do PSD)



Xavier Figueiredo (jornalista)

ocorridas no interior do MPLA. E não faltou sequer quem, alegando variados pretextos, se escusasse a responder ao EXPRESSO.

Seja como for, o sucedido na Jamba não alterou as convicções ideológicas dos inquiridos. Aliás, o momento é de prudência: enquanto Savimbi anuncia um inquérito cujas conclusões mantém sob reserva, os dissidentes que revelaram os fuzilamentos, Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, afirmam possuir novos «trunfos» na manga.

Foram as seguintes as perguntas:

1. Foi uma surpresa para si a revelação de que a UNITA fuzilava dirigentes? Isso mudou a sua opinião acerca do que é a UNITA?

2. Deu a conhecer a sua posição à UNITA? Por que vias?

Cristina Figueiredo e Frederico Carvalho

res, porque, como jornalista, sempre denunciei os factos de que tive conhecimento. Por isso escrevi no jornal «Terra Angolana», no passado dia 21 de Março, que, se as circunstâncias em que ocorreram os desaparecimentos de Wilson Santos e Tito Chingunji viessem a afrontar a minha consciência, não deixaria de retirar todas as conclusões — mesmo no que toca às minhas simpatias pela UNITA e pelo dr. Savimbi.

«Nunca pus as mãos no fogo»

1. Foi uma surpresa e não foi. Não tinha conhecimento directo de casos deste tipo,

com fuzilamentos e atropelos aos direitos humanos. Mantenho a posição de de-fesa do direito da UNITA a uma actividade livre e aberta, numa Angola pluralista e democrática; mas, em matéria de direitos humanos, nunca pus as mãos no fogo pela UNITA. Sempre dis-

se que todas as guerras são sujas, e que as guerras civis são particularmente sujas.

2. Comuniquei a minha posição à UNITA por todas as vias possíveis e divulguei-a junto da opinião pública portuguesa e angolana. Desde 1986, data da minha primeira visita à Jamba, as minhas posições foram públicas. E, desde 1975, tomei posição clara sobre o que se passava do outro lado da guerra civil, em Luanda. Lembro, nomeadamente, os casos de Gentil Viana e dos implicados na revolta de Nito Alves.

«Cheguei a uma conclusão que libeia Savimbi»

Fernando Trigo (jornalista)

1. Continuo convencido de que a eliminação dos elementos da UNITA não partiu de nenhuma directiva interna da direcção. As pessoas que foram fuziladas eram meus amigos íntimos, e factos dramáticos como este não podem deixar ninguém indiferente. Fui várias vezes à Jamba e estava certo de que as mortes deles nunca poderiam ocorrer. Mas, face a informações internas a que tive acesso, é minha convicção que se tratou de um plano muito vasto para afectar a imagem do movimento. Não posso mudar de opinião face à UNITA.

2. Fui informar-me, não só na UNITA, mas para além da UNITA. A Jamba, hoje, não é fechada. Depois de pesquisar, cheguei a uma conclusão que libeia Savimbi. A situação vai-se esclarecer.



João Soares (dirigente do PS)

UNITA acusa e é acusada

A COMISSÃO Conjunta Político-Militar (CCPM) ordenou um inquérito à queixa de que o Governo angolano poderá ter violado os acordos de paz ao importar material militar espanhol.

O porta-voz da sessão efectuada na quinta-feira por aquela comissão, o português António Franco, anunciou terem sido mandados instaurar inquéritos tanto àquela queixa feita pela UNITA como a uma acusação de que o próprio movimento de Jonas Savimbi poderia ter violado os acordos, por intermédio do comandante das suas tropas na área de Quilengues.

As autoridades já responderam que o material chegado da Espanha era para uso da polícia, incluindo munições de pistola e cartuchos propulsores para granadas de gás e fumo, utilizadas pelas unidades que controlam motins.

Segundo os termos dos acordos de paz assinados há 11 meses em Portugal, nenhum dos antigos beligerantes pode adquirir armamento para os seus exércitos, que estão agora em fase de fusão.

Franco informou que, no dia 5 de Abril, o comandante das forças da UNITA acantonadas na zona de Quilengues, tenente-coronel Catú, mandou os seus homens atacarem e ocuparem uma esquadra em Chongoroi, perto de Benguela.

Os atacantes raptaram o administrador adjunto da localidade e dois polícias, libertados no dia a seguir por intervenção das Nações Unidas.

A CCPM determinou ainda que a Comissão Mista de Verificação e Fiscalização do Cessar-Fogo (CMVF) averi-

gue acusações de que a UNITA tem um "Exército secreto de 20 mil homens" e paíóis com numeroso armamento, cuja existência não desejou revelar aos observadores internacionais.

Obuses de artilharia

Em círculos governamentais foi dito não haver substância na acusação de que Luanda teria recebido ilegalmente da Espanha um milhão e meio de munições de pistola de calibre de guerra e 16 mil obuses de artilharia. E que a mesma só foi feita para esconder que a UNITA é que está de facto, por diversas formas, a violar os acordos de cessar-fogo.

Por seu turno, uma fonte diplomática comentou que o grupo de Savimbi tem dificuldade em notar a diferença entre relações bilaterais legítimas (Estado a Estado) e o que diz ser o apoio preferencial de certos partidos governamentais europeus ao MPLA.

Enquanto isto, a semana que hoje finda assistiu finalmente à legalização de diversos partidos políticos que desde há meses esperavam ser aceites como tais, de modo a que se tornasse mais fácil a sua actividade.

Têm agora existência legal, além do MPLA e da UNITA, o Partido Social Democrata (PSD), o Partido da Aliança da Juventude Operária e Camponesa (Pajoca), o Fórum Democrático Angolano (FDA) e o Partido Renovador Democrático (PRD). Mas 20 outras formações aspiram a um lugar na campanha para as eleições de 29 e 30 de Setembro. ■

Pela terceira vez em 18 meses

Angola desvalorizou o kuanza

PÚBLICO
16 ABRIL 1992

O KUANZA, a moeda nacional de Angola, foi ontem desvalorizada em 205 por cento contra o dólar, naquela que foi a terceira depreciação da divisa angolana nos últimos 18 meses. Com esta alteração, o dólar passa a equivaler a 550 kuanzas, contra as 180 praticadas no câmbio oficial desde Novembro do ano passado.

De acordo com a Rádio Nacional de Angola, citada pela Lusa, esta desvalorização conduzirá à extinção da sobretaxa cambial utilizada nas operações de importação de matérias-primas e bens essenciais, que vigorava ao câmbio de 550 kuanzas, ficando assim agora o câmbio oficial igual à sobretaxa extinta.

Emanuel Carneiro, ministro do Plano, disse, entretanto, que esta desvalorização não implicará uma subida "vertiginosa" dos preços. As operações comerciais,

na sua maioria, realizavam-se com base na sobretaxa, continuando, no entanto, combustíveis em estudo a questão dos combustíveis para se determinar se sofrerão ou não aumentos, disse.

O ministro anunciou ainda o fim do regime de preços fixos de produtos básicos como o arroz, o leite destinado às crianças, o óleo alimentar e o sabão, o que pressupõe a extinção do cartão de abastecimento, que vigora há 15 anos.

A nova desvalorização do kuanza foi divulgada a semana passada numa sessão da Assembleia do Povo, na mesma altura em que foram anunciados os aumentos salariais de 50 por cento para a "base" e 15 por cento para o "topo". O kuanza, desde a sua criação, em 1987, e até Novembro de 1990, cotava-se nas operações cambiais oficiais à tabela de 30 por dólar. ■

EXPRESSO, SEXTA-FEIRA 17 DE ABRIL DE 1992

Dissidente da Unita quer voltar a Angola

O DISSIDENTE da UNITA Miguel Nzau Puna deverá declarar neste fim-de-semana a sua disponibilidade para se deslocar a Angola com o objectivo de dar indicações acerca da localização de tropas fiéis a Savimbi que não terão acatado a ordem de acantonamento e de participar em buscas dos cadáveres de membros da organização alegadamente executados por ordem do seu líder. Puna, ex-«número-dois» da UNITA, tentará deste modo fazer provar as suas denúncias no exterior e responder a um desafio que lhe foi lançado pelo representante da organização na Comissão Conjunta Político-Militar de Angola.

A propósito das relações com os católicos, o Presidente José Eduardo dos Santos disse ao director de Informação da Rádio Renascença, António Pacheco: "Houve momentos em que essas relações foram difíceis e isto foi sobretudo nos primeiros anos da proclamação da independência; mas, depois, as relações melhoraram bastante e eu diria que desde 79 tem havido uma cooperação crescente entre a Igreja Católica e o Estado. Acho que hoje as relações são excelentes, do meu ponto de vista, embora haja pequenos problemas por resolver. Temos estado a devolver escolas, alguns templos que estavam sob controlo do Estado, mas parece-me que o ambiente hoje é bastante bom e de coexistência, é de cooperação e estamos todos, penso eu, o Estado a Igreja Católica empenhados no apaziguamento dos espíritos, para consolidar a paz"

Acerca do eventual papel da Igreja no ensino, observou:

"Justamente nessa área da educação das pessoas, para defender a paz, para consolidar a unidade nacional e o espírito de fraternidade, diria solidariedade, também estamos a contar com a Igreja Católica. No grande esforço que pretendemos fazer no domínio do ensino, no domínio da educação em geral e estamos agora a discutir a possibilidade da inclusão no currículo das escolas da disciplina de Educação Moral e Cívica dos cidadãos."

Mais adiante, disse:

"Estamos a refazer a nossa vida, estamos à busca de todos aqueles valores que

José Eduardo dos Santos à Renascença:

"As relações com a Igreja são excelentes"

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 15 ABRIL 1992

identificaram durante séculos os angolanos, num espírito de valorização da sua própria cultura... É nesse contexto que as organizações religiosas vão desenvolver uma actividade bastante importante. Nós pretendemos não apenas dar à visita do Papa (de 4 a 10 de Maio) uma atenção especial, para que ela seja de facto um acontecimento histórico neste país, para que seja não apenas um feito de todos os católicos mas um feito de todos os angolanos. Pensamos desenvolver algumas actividades, fazer alguns gestos. Pretendemos também nesse quadro naturalmente proporcionar aos nossos irmãos crentes que sejam fiéis da Igreja Católica condições para que eles possam realmente acompanhar a visita de Sua Santidade o Papa da me-

lhor forma possível, para que Sua Santidade se sinta na nossa terra como se estivesse em sua própria casa e para que os católicos de Angola sintam a solidariedade, a cooperação sincera de todos os outros seus irmãos angolanos, quer sejam eles crentes ou não crentes."

Sobre a futura Constituição:

"A nossa ideia é adoptar um regime político do tipo semi-presidencialista, onde exista uma separação clara das funções entre o Presidente da República e o primeiro-ministro. Este último será chefe de Governo e o Presidente da República tem tarefas bastante importantes nas áreas da defesa, segurança interna do Estado e política externa."

Quanto à possível existência de tropas que

não estejam a ser desmobilizadas:

"Há as denúncias feitas pelos dissidentes da UNITA que, afinal, ocupavam posições de destaque na direcção da UNITA, como eram N'zau Puna e Tony da Costa Fernandes. Mas temos também informações que recebemos por outras vias; da existência de forças consideráveis da UNITA que não se encontram nas zonas de cantonamento. Sabemos mesmo que o principal armamento que a UNITA usou durante a guerra não se encontra nas zonas de acantonamento. Foram transferidos para as cidades, a pretexto de proteger quadros e dirigentes da organização, efectivos militares que neste momento não estão sob o controlo da Comissão Conjunta Político-Militar nem das outras estruturas

de fiscalização. São essas tropas que se movimentam nas zonas urbanas que têm provocado muitas apreensões e têm causado até alguns danos às pessoas."

A propósito de Cabinda:

"A situação que se vive em Cabinda hoje é difícil porque é uma das poucas parcelas do território nacional em que perdura o conflito armado e nos últimos meses, especialmente nas últimas semanas, tem havido um crescimento, de acções militares realizadas pela FLEC contra alguns quadros que trabalham naquela província e parece haver a tentativa de ataque às instalações petrolíferas de Malongo, para além da captura eventual de técnicos estrangeiros que lá se encontram. Nós estamos muito preocupados com esta situação, compreendemos

que há em Cabinda uma situação especial que temos que atender, com especificidades de ordem cultural, económica e histórica que é preciso analisar de forma mais aprofundada. Nós temos grupos de trabalho que estão a fazer pesquisas na medida do possível, pelo menos a preparar estudos que permitam ao Governo tomar decisões que se ajustem à realidade de Cabinda. Mas constatamos que há também uma certa impaciência da parte de alguns sectores políticos; eu diria melhor, de algumas correntes da FLEC que pretendem resolver este problema pela força das armas, embora saibam à partida que isso é inviável na medida em que o Governo angolano tem um dispositivo militar considerado naquele ponto, naquela parte do território nacional. Essas tendências radicalistas no seio da FLEC são defendidas por um grupo liderado pelo sr. Zita Tiago, que está radicado em Paris e tem como chefe das forças armadas o sr. Vitor Gomes. São indivíduos que têm o apoio da República do Zaire e sabemos que no seio dessa tendência da FLEC há muitos cidadãos cuja nacionalidade angolana ou a origem cabindense se põe em dúvida. Parece haver por conseguinte também uma grande dose de interferência externa nesta questão de Cabinda..."

PÚBLICO
SÁBADO, 16 ABRIL 1992

Eduardo dos Santos

O Presidente angolano cativa a Igreja: proclamou a Sexta-Feira Santa feriado nacional, devolveu à cidade de Mbanza Congo o nome de São Salvador e viu uma entrevista de 36 minutos transmitida na íntegra pela Rádio Renascença, emissora católica portuguesa. Nela admitiu a possibilidade de o currículo escolar passar a incluir a disciplina de Educação Moral e Cívica.



Angola na hora católica

A PRESIDÊNCIA da República angolana manifestou um grande interesse na entrevista solicitada pela Rádio Renascença, dado que está a procurar aproximar-se dos círculos católicos angolanos, tendo decerto em vista o peso deste sector nas eleições presidenciais e legislativas do fim de Setembro.

Em Janeiro, a revista católica portuguesa "Família Cristã" também já publicara uma entrevista com José Eduardo

dos Santos, que mandou depois comprar 50.000 exemplares desse número e distribuí-los gratuitamente por todo o país.

Nessa entrevista, o Presidente destacava o papel que a Igreja poderia ter em Angola, "como uma das poucas forças organizadas a manter viva a esperança das populações numa solução pacífica do conflito".

Agora, antes da entrevista à Renascença de que hoje publicamos alguns ex-

certos, alguns colaboradores do Chefe do Estado insistiram com António Pacheco em que obtivesse do próprio Presidente a confirmação de que Sexta-Feira Santa iria ser pela primeira vez feriado nacional na Angola independente. E sublinharam também o facto de que a cidade de Mbanza Congo vai voltar à sua designação do tempo colonial, São Salvador, "em homenagem aos católicos e ao Papa". ■

EXPRESSO, SEXTA-FEIRA 17 DE ABRIL DE 1992

Relações Angola-Israel

NOVA IORQUE — Os embaixadores de Angola e Israel nas Nações Unidas assinaram ontem um protocolo visando o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

6 Papa evita passagem pela Jamba

O PROGRAMA da visita que João Paulo II efectua, em Junho próximo, a Angola não inclui a sua passagem pela Jamba, apesar de estar previsto um encontro, em Luanda, com Jonas Savimbi.

Conforme o EXPRESSO soube junto de fonte eclesiástica angolana, a UNITA «não ficou satisfeita com esta decisão do Serviço de Protocolo do Vaticano», tanto mais que, apesar de o seu líder ser originário de uma família protestante, «a maioria dos militantes daquele partido afirma-se católica». Aliás, recorda-se que, durante a guerra civil angolana, seis padres e três freiras exerceram uma actividade pastoral permanente na Jamba, com o apoio explícito tanto da Conferência Episcopal como de Savimbi.

Nesta sua nona viagem ao continente africano, o Papa visitará ainda, durante um dia, a República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

A presença do Papa em Angola e S. Tomé insere-se nas comemorações dos cinco séculos de evangelização daqueles dois países. Segundo o programa delineado pela Santa Sé, no dia da sua chegada a Luan-

da (4 de Junho), João Paulo II terá um encontro privado com o Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, recebendo ainda em audiências separadas o corpo diplomático acreditado em Luanda e os líderes de todos os partidos políticos. «O encontro com Savimbi ainda não está definitivamente assente se será privado ou se terá apenas um carácter mais particular, na altura em que forem recebidos os dirigentes partidários», referiu a mesma fonte.

O Papa efectuará ainda deslocações a Huambo, Lubango, Mbanza-Congo e Benguela. Antes de partir para Roma, no dia 10, o Sumo Pontífice terá ainda um encontro com os chefes de todas as igrejas estabelecidas em Angola e presidirá à reunião de preparação do Sínodo Africano, a realizar no próximo ano.

África monopoliza visitas do Papa

Curiosamente, as duas únicas viagens papais programadas pelo Vaticano para este ano têm um único destino: África. A primeira, já realizada em Fe-

vereiro, teve como palco três países maioritariamente muçulmanos: Senegal, Gâmbia e Guiné-Conakri. Agora, o Papa vai visitar dois países que estão a dar os primeiros passos na democratização do seu regime.

Na opinião de um observador da Santa Sé, «esta atitude de João Paulo II parece pretender dar corpo a dois grandes objectivos do seu pontificado: o início de um novo diálogo com países islâmicos e a aproximação com nações saídas de ditaduras e que arrisquem experimentar a convivência democrática».

E se nas sociedades institucionalizadas no Islão, a Igreja começa já a desempenhar um significativo papel no apoio sócio-caritativo, nos países que «avançam» para a democratização do regime, Roma pretende iniciar novos projectos de evangelização, mas aliados a uma acção mais interventora no âmbito da cultura e da pedagogia social, através de actividades com a juventude, segmentos profissionais e movimentos de solidariedade. Segundo o mesmo observador, «o esforço da Igreja nos países que experimentam a demo-

cracia tem a intenção de ser um 'travão' que não deixe radicalizar as posições». É que, explicita essa fonte, «nesses países surge por vezes o perigo de se correr atrás de modelos de liberalismo que já demonstraram não resolver a injustiça social e que o Papa condenou na sua última encíclica sobre 'convivência social'».

Na verdade, esta situação parece estar a tomar corpo em Angola, onde a Santa Sé acabou de instituir, por Direito Canónico, a Universidade Católica de Angola (UCA). Conforme o EXPRESSO soube junto de fonte eclesiástica em Lisboa, esta escola — que será inaugurada no dia 3 de Novembro — vai inicialmente conceder licenciaturas em Português, Gestão Pública e Gestão Empresarial, e Gestão e Tecnologia Industrial. Os próximos cursos serão Direito, Medicina, Enfermagem e Tecnologia e Produção Agrícola. Recentemente foi estabelecido, em Luanda, um protocolo de cooperação entre a UCA e a sua congénere portuguesa, cuja comissão é presidida por Roberto Carneiro, actual presidente da Televisão da Igreja.

Deslocação a Angola quase certa depois de conversações com o MPLA e a UNITA

Soares anuncia visita na terça-feira

Vicor Silva,
em Luanda

O Presidente da República, Mário Soares, poderá visitar Angola na segunda semana de Maio e o anúncio oficial da deslocação deverá ser feito na próxima terça-feira. O chefe de Estado português mandou dois emissários a Luanda, para aquilatarem, no terreno, da oportunidade da visita e, de uma forma geral, levaram respostas positivas.

José Pires Barata e Homem Gouveia encontraram-se em Luanda com José Eduardo dos Santos e com Jonas Savimbi, a quem entregaram mensagens de Mário Soares. No Futungo de Belas, residência oficial do presidente angolano, os enviados de Soares receberam a anuência para a visita, o mesmo sucedendo junto do líder da UNITA, figura que em tempos se opôs à deslocação do Presidente português a Angola, antes das eleições marcadas para 29 e 30 de Setembro.

Os assessores de Soares avistaram-se também com o cardeal de Luanda, Alexandre do Nascimento, e com representantes de

algumas forças políticas emergentes na sociedade angolana. Em todos estes encontros, a questão da oportunidade da visita foi o tema principal, tendo os emissários de Belém recolhido diversos dados para a elaboração de um programa que evite qualquer tentativa de aproveitamento, que as autoridades locais possam pretender fazer da presença de Mário Soares. Tanto mais que, a concretizar-se, esta será a primeira deslocação oficial de um chefe de Estado português a Angola, depois da independência do país.

Observadores em Luanda fazem notar que a visita só tem pontos favoráveis, uma vez que pode contribuir significativamente para a consolidação dos processos de paz e de democratização em curso em Angola. Neste momento, existem alguns receios de que volte a eclodir a guerra, não só pelas múltiplas acusações mútuas entre os ex-belligerentes, como também pela constatação da impossibilidade de constituição do exército único antes das eleições, ao contrário do que ficou acordado nas con-

versações de Bicesse.

A presença de Soares, segundo esses observadores, representaria um esforço adjacente para tentar levar as partes a respeitarem os acordos de paz. Nos últimos tempos, têm-se acentuado as denúncias de movimentações militares de ambos os lados e de entretido de armas pesadas, sobretudo nas áreas ainda controladas pela UNITA.

Entre os atrasos mais preocupantes que o processo de paz conhece, conta-se a formação do novo exército e a extensão da administração central a todo o território, factores que, teoricamente, poderiam influenciar a data das eleições. No entanto, os norte-americanos deixaram perfeitamente clara a sua mensagem, quando Herman Cohen, subsecretário de Estado, disse recentemente, em Luanda, que, apesar de "ser lamentável", as eleições terão de realizar-se mesmo com dois exércitos.

O prestígio de Mário Soares poderá ajudar a acalmar os ânimos, contribuindo para que o MPLA e

a UNITA levem o processo até ao fim e aceitem melhor a presença de novas forças políticas. Depois da alteração da lei dos partidos políticos, estão oficialmente registados, junto do Tribunal Supremo, cinco partidos: o MPLA, a UNITA, o Fórum Democrático Angolano, o Partido Renovador Democrático, o Partido Social Democrata e o Partido Aliança Juventude Operária e Camponesa. ■

Reuniões com o Governo e a oposição

O SUBSECRETÁRIO de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, está desde ontem em Luanda para uma visita de 48 horas, que será essencialmente marcada pela auscultação e avaliação do processo de paz.

Cohen iniciou contactos com políticos tanto do Governo como da oposição e, ainda, com os observadores estrangeiros do processo de paz, depois de à chegada se ter mostrado comedido nas suas declarações e dito que trazia uma mensagem de Washington para o Presidente José Eduardo dos Santos.

Se bem que a visita estivesse programada há algum tempo, o certo é que o facto de ocorrer neste momento é entendido localmente como uma preocupação dos Estados Unidos que se vá a maneira lenta como está a decorrer a implementação dos acordos de paz. Os norte-americanos estão aparentemente preocupados com a lentidão com que algumas medidas estão a ser aplicadas, o que deixa algumas reservas quanto à realização das eleições presidenciais e legislativas no fim de Setembro. O facto de só agora ter sido aprovada, pela Assembleia do Povo, a legislação que vai regular o período de transição contribui para a preocupação. O Parlamento angolano acaba de aprovar a lei eleitoral, a da observação internacional das eleições, a do direito de antena, a da radiodifusão e a do Conselho Nacional de Comunicação Social.

Partidos emergentes

Ponto importante da visita de Cohen é o encontro de hoje com os chamados partidos emergentes, que deverão expor os seus pontos de vista sobre a maneira como vêm a evolução dos processos de paz e democratização. Em Luanda falou-se na possibilidade de um en-

contro a sós com o Partido Renovador Democrático (PRD), mas funcionários da missão norte-americana afastaram essa hipótese. A "oposição civil" pretende saber dos apoios que os norte-americanos estão dispostos a dar para o êxito das eleições, nomeadamente no apoio a todas as formações, sem qualquer discriminação.

Sabe-se que um dos temas que o subsecretário de Estado vai discutir com os embaixadores da Comunidade Europeia é precisamente o do financiamento do processo angolano, já que os Estados Unidos parecem não estar dispostos a arcar sozinho com os avultados gastos. Washington anunciou já uma ajuda de 14 milhões de dólares, esperando que os países europeus, sobretudo os comunitários, contribuam com o resto das verbas.

Cohen estará hoje com o Presidente da República, tendo ontem conferenciado com o vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, sobre aspectos relacionados com a formação das Forças Armadas, a desmobilização e as eleições. Também ontem, Cohen reuniu-se com o novo ministro da Administração do Território, Paulo Kassoma. Hoje, além da entrevista com José Eduardo dos Santos, poderá ainda ter um encontro com Lopo do Nascimento, considerado personagem influente na cena política angolana.

A violação dos direitos humanos foi outro dos motivos que trouxe Cohen a Luanda, pois vai procurar informar-se o mais possível para preparar a resposta que o secretário de Estado James Baker dará em definitivo à UNITA. O dia de hoje começa precisamente por um encontro com Jonas Savimbi e antes de deixar Luanda dá uma conferência de imprensa. ■

Vitor Silva,
em Luanda

Reunião com o cardeal

Cohen em Luanda

O SUBSECRETÁRIO de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, disse ontem em Luanda não acreditar no adiamento das eleições em Angola, apesar das dificuldades existentes para que as mesmas se realizem mesmo no fim de Setembro.

Cohen falava no fim do encontro que teve com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, tendo reiterado que os Estados Unidos se encontram confiantes no progresso do processo de paz angolano e na realização das eleições na data prevista: "Não acredito que alguém queira adiar as eleições para depois de Setembro, pois isso não seria saudável".

O enviado de Washington esteve também no Futungo de Belas, onde se reuniu por mais de uma hora com o Presidente José Eduardo dos Santos, que manifestou o desejo de que a visita contribuísse para a consolidação do processo de paz.

No entanto, antes das reuniões com os líderes da UNITA e do MPLA, Herman Cohen esteve com o arcebispo de Luanda, cardeal D. Alexandre do Nascimento, decerto ciente da importância que a Igreja Católica desempenha na cena angolana, pois a ela pertence cerca de metade da população.

Alguns observadores comentaram ser grande a preocupação dos Estados Unidos quanto ao desfecho do processo de paz, pois é um dado adquirido que as Forças Armadas unificadas não estarão operacionais por altura das eleições. A situação está a ser tratada a nível da Comissão Conjunta Político-Militar e crê-se que as primeiras eleições livres em Angola, presidenciais e legislativas, serão realizadas ainda com dois exéretas, um simpatizante da UNITA e outro do MPLA, que parecem continuar a ser os partidos políticos principais.

Pagar as eleições

Os Estados Unidos apostam na partilha dos custos das eleições com os países da Europa ocidental e com as Nações Unidas, sendo quase certo que este será um dos temas a tratar por Cohen no encontro que hoje terá com os embaixadores da Comunidade Europeia em Luanda, antes de seguir para Maputo.

Enquanto isto, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, enviou uma carta a José Eduardo dos Santos em que manifesta a sua satisfação pelos progressos que se registam no proces-

so de paz, depois do anúncio da data prevista para as eleições e da aprovação da legislação para o período transitório.

As equipas da ONU que dão assistência técnica à organização do acto eleitoral já se encontram no terreno e devem iniciar o seu trabalho dentro de semanas. Mas existem também equipas locais para verificação de todo o processo; e acontece até que 22 jornalistas angolanos vão passar 35 dias a Portugal a fim de se familiarizarem com a cobertura dos actos eleitorais.

Em Luanda começou entretanto um seminário sobre o recenseamento eleitoral, organizado pelo Ministério da Administração do Território. e 11 mil pessoas vão ser preparadas para dar apoio a todo o processo de votação.

Cabo Verde explica-se

Por outro lado, está actualmente no país o ministro cabo-verdiano da Justiça, Eurico Monteiro, que veio esclarecer o assunto da troca de aviões entre Angola e Cabo Verde, ainda no tempo em que o PAICV estava no poder.

Eurico Monteiro disse à sua chegada a Luanda que não fez a viagem para apresentar provas nem desculpas do que se disse na Cidade da Praia quanto a eventual implicação de angolanos em casos de "luvas", mas sim para prestar esclarecimentos às autoridades.

Segundo ele, as notícias sobre o envolvimento de altos funcionários angolanos em transações menos lícitas foram dadas por fontes que nada têm a ver com o Governo de Carlos Veiga, que delas se demarcou claramente.

Monteiro afirmou que a administração cabo-verdiana está na posse do processo da aquisição dos aviões "Brasília" e que nele não constam quaisquer elementos que possam indiciar irregularidades por parte de colaboradores próximos do Presidente angolano.

O ministro declarou serem "especulações jornalísticas" as notícias postas a circular sobre o assunto e que provavelmente será movida uma acção contra os seus autores. E nos meios políticos da capital angolana considera-se agora que houve uma certa precipitação de José Eduardo dos Santos ao dirigir-se com veemência ao Governo cabo-verdiano, a partir de notícias publicadas no trisemanário "Voz di Povo". ■

Vitor Silva, em Luanda

PÚBLICO SÁBADO, 18 ABRIL 1992

Papa visita Angola

O PAPA João Paulo II vai visitar Angola, pela primeira vez, de 14 a 16 de Junho. O programa tem um intervalo no dia 6, para a celebração de uma missa em S. Tomé. No dia seguinte à sua chegada a Luanda, João Paulo II desloca-se a Huambo e Lubango, capitais provinciais de Huambo e Huíla, onde celebrará igualmente missa e presidirá a uma Eucaristia da palavra. Os dias 8 e 9 serão preenchidos com visitas a Cabinda, Congo (que vai retomar a designação portuguesa de São Salvador do Congo) e Benguela. O Papa encerrará em Luanda as celebrações do quinto centenário da evangelização de Angola. Terá também um encontro com o Presidente José Eduardo dos Santos e receberá o corpo diplomático e líderes dos partidos políticos estabelecidos.

'cheque em branco'

EXPRESSIONO
17 DE ABRIL
1992

A IRREVERSIBILIDADE da realização de eleições em Angola, em Setembro, foi nesta semana confirmada pelo Governo de Luanda e pela administração norte-americana, que se prepara para retirar Angola da «lista negra».

De visita a Luanda, o sub-secretário de Estado norte-americano, Herman Cohen, reconheceu o desmantelamento, pelo MPLA, do aparelho que caracterizava o sistema de partido único e recebeu garantias efectivas da democratização do país. Cohen assegurou ao Presidente José Eduardo dos Santos «confiança sincera» na forma como está a ser dirigido o processo de transição.

Apesar de atrasos verificados na aplicação dos acordos do Estoril, que são considerados «recuperáveis», ninguém parece ter dúvidas da realização do sufrágio eleitoral em Setembro, restando, porém, saber que tipo de regime se seguirá.

Herman Cohen «endossou um cheque» que parece dar cobertura à observância pelo respeito da democracia e dos direitos humanos por «qualquer partido que venha a ganhar as eleições» depois das consultas mantidas com a oposição. Os angolanos, no entanto, revelam-se ainda cépticos perante a fragilidade do sistema de acantonamento das tropas dos dois exércitos e a alegada movimentação descontrolada de armamento e organização clandestina de paíóis.

O anúncio da data das eleições para 29 e 30 de Setembro tende, entretanto, a acelerar, segundo fontes próximas da Presidência, a tendência para a normalização gradual das relações entre Angola e os EUA, podendo vir a ser despenalizadas as medidas legislativas restritivas que desincentivavam o investimento norte-americano no país.

Por outro lado, a criação de uma comissão executiva operacional, que funcionaria junto do Conselho Nacional Eleitoral, sugerida por Cohen, parece ser a nova aposta política dos americanos, que a consideram «decisiva para o êxito do processo de democratização». Os EUA atribuem uma importância especial ao processo eleitoral angolano, cuja transparência poderá influenciar a estabilidade da

sub-região da África Austral, o que permitiria à Administração Bush retirar dividendos eleitorais.

Eduardo dos Santos queixa-se da UNITA

Depois de a UNITA ter «chumbado» o nome de Luís de Almeida, antigo embaixador em Adis Abeba, para o cargo de director-geral da comissão, o Governo encetou contactos com vista a nomear uma personalidade que reúna consenso. Onofre dos Santos, membro do Comité Central da FNLA, é apontado como um candidato que o MPLA veria com bons olhos, mas não é excluída a hipótese de o director-geral sair de núcleos próximos da Igreja.

Eduardo dos Santos manifestou preocupações a Cohen pelas resistências impostas pela UNITA à extensão da administração do Estado e a alegadas violações dos acordos. Luanda advertiu que se a extensão da administração oficial não estiver concluída proximamente não haverá registo eleitoral nas áreas controladas pela UNITA.

Esta questão, abordada no encontro mantido entre Cohen e Jonas Savimbi, tem merecido insistentes críticas do Presidente. Eduardo dos Santos mostra-se crescentemente aberto a uma maior intervenção dos observadores internacionais na Comissão Conjunta Político-Militar, cuja «passividade periga os frágeis alicerces de paz em Angola».

Entretanto, ganha impulso a entrada em funcionamento da nova missão da ONU em Angola. A estrutura, dependente do sistema da UNAVEM II em termos logísticos e de comunicações, criará as condições para a instalação de escritórios de divisão eleitoral nas capitais das 18 províncias do país.

A missão mobilizará cerca de 100 funcionários internacionais e, numa fase posterior, cerca de 11 mil agentes de registo eleitoral. Os trabalhos poderão ter início ainda este mês, com a inscrição dos votantes, prolongando-se até Agosto, quando se iniciar a campanha eleitoral.

Gustavo Costa
em LuandaLUANDA
Do nosso correspondente
Gustavo Costa

OS EUA deverão iniciar em Setembro a discussão para a concessão de ajuda directa a Angola durante o ano fiscal de 1992-93 (que tem início em Outubro), apurou o EXPRESSIONO junto de uma fonte diplomática angolana durante a visita que o sub-secretário de Estado norte-americano, Herman Cohen, realizou nesta semana a Luanda.

Ao mesmo tempo, Washington poderá usar a sua influência junto de outros governos ocidentais para a angariação de novos apoios financeiros a Angola, a juntar aos 18 milhões de dólares postos à disposição pela ONU para apoiar o processo eleitoral.

A operação é considerada imprescindível por em Luanda diversas fontes da ONU estimarem que o plano global para assistência eleitoral a Angola não venha a ultrapassar os 200 milhões de dólares, cifra considerada irrisória quando comparada aos 850 milhões de dólares despendidos para idêntico processo na Namíbia, que possui cerca de 20 por cento do eleitorado angolano.

Durante a estada de Cohen em Luanda, fontes próximas da Presidência angolana manifestaram a opinião de que o anúncio da data das eleições (29 e 30 de Setembro) poderá

reforçar a tendência para a normalização gradual das relações entre Luanda e Washington (ver pág. 3).

O sub-secretário de Estado dos EUA anunciou, entretanto, a disponibilização de 14,5 milhões de dólares, numa ajuda indirecta a Angola, através dos institutos internacional republicano e nacional democrata. Dez milhões de dólares destinam-se a apoiar planos de reinserção social de mutilados, deslocados e desmobilizados e serão controlados por organizações norte-americanas não governamentais sedeadas em Luanda. Os restantes 4,5 milhões servirão para auxiliar a montagem da máquina eleitoral.

Entretanto o diplomata norte-americano tomou conhecimento, através de um documento entregue por Jonas Savimbi, das presumíveis circunstâncias em que foram mortos Wilson Santos e Tito Chingunji. O sub-secretário de Estado dos EUA recusou-se a escarpelizar publicamente o assunto, limitando-se a garantir que «a UNITA respeitará os direitos humanos».

Analistas políticos na capital angolana reconhecem que esta questão vai certamente condicionar o tradicional apoio dos norte-americanos à UNITA, mas não acreditam que estes virem completamente as costas ao movimento de Savimbi.

"AYUÊ DR. SAVIMBI!"

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 15 ABRIL 1992

Beto e Tony Amaro, de 28 e 25 anos, formam o conjunto Yarrassá e são eles os autores das músicas e das letras de "Angola 92", nas quais celebram a figura de Jonas Savimbi. Naturais do Bié, no Sul de Angola, ambos se assumem simpatizantes da UNITA e tal como Bonga — com o qual gravaram o álbum "Malembe-Malembe" — têm participado em diversos espectáculos organizados por este movimento angolano. Mas negam que a UNITA tenha financiado o disco e mostram-se indiferentes à crise que afecta: "O MPLA está por detrás de tudo", garantem.

Público — A UNITA colaborou no lançamento deste disco?

BETO — Não, a UNITA não pagou o disco. A ideia foi nossa e nós ao fazermos a música do "Dr. Savimbi" não a fizemos de cabeça no ar. Nós depositamos grandes esperanças no dr. Savimbi.

P. — Como encaram as dissidências dentro da UNITA e o desaparecimento de Wilson dos Santos e Tito Chingungi?

TONY — É natural, uma vez que as eleições es-

tão próximas e existem dois grandes partidos, o MPLA e a UNITA. O MPLA não fez nada durante estes 16 anos, enquanto a UNITA conquistou a paz. O povo não é tapado: é evidente que o MPLA agora não está de braços cruzados...

P. — Está a insinuar que o MPLA tem alguma coisa a ver com a saída do N' Zau Puna e do Tony da Costa Fernandes?

T. — Não posso garantir isso, mas, na minha ideia, eles estão por detrás...

P. — Seja como for, não foi certamente o MPLA que matou o Tito Chingungi e o Wilson dos Santos...

T. — Como é que eu sei? A única coisa que posso adiantar é que estou à espera que o nosso presidente, o dr. Jonas Malheiro Savimbi, esclareça tudo. Acredito que existe uma campanha de desinformação contra a UNITA.

P. — Vocês vão participar na campanha eleitoral da UNITA?

T. — Sim. Já que nos metemos neste trabalho, em nome da democracia e do nosso dever, como cidadãos angolanos, é apoiar a UNITA. Até porque o dr. Savimbi confia e aposta nos jovens. Temos participado, desde há um ano a esta parte, em todos os espectáculos do partido.

P. — E esses espectáculos são bem pagos?

B. — Nós vivemos da música e temos o nosso preço. Somos poetas, filósofos e músicos e como tal temos que ser pagos. A UNITA paga bem, como paga a todos os músicos que contrata.

P. — Porque é que vocês, sendo do Sul, fazem música de Luanda?

B. — Nós, como artistas, somos obrigados a corresponder à evolução. Mas a música do Sul é mais enraizada. Os músicos de Luanda estão a perder a identidade, porque se baseiam em ritmos das Antilhas...

P. — Exactamente como vocês!...

B. — Há uma pequena diferença. O que nós fazemos é mais aproximado com o semba, que é já um ritmo característico de Angola, com uma mistura de música das Antilhas. Fazemos isso, porque o mercado nos obriga e nós temos de comercializar. As editoras exigem isso.

P. — Significa então que vocês preferiam fazer música étnica?

B. — Eu preferia, sim. Como angolano preferia.

P. — Mas vocês não se sentem, em termos culturais, mais próximos das Antilhas do que propriamente dos mumuilas ou de outros povos camponeses de Angola?

T. — Exacto! Eu, neste

momento, claro que me sinto mais próximo do comercial. Digamos que existe uma música angolana mesmo do país e existe a música comercial...

P. — A música comercial a que se referem não será simplesmente música popular urbana, tão angolana como a música étnica?

T. — O problema é assim: hoje, quando nós ouvimos música do Zaire, sabemos logo que é do Zaire; se ouvirmos música da África do Sul, sabemos que é da África do Sul, mas se ouvirmos música de Angola, a gente só diferencia por causa da língua. Se não, pensamos que é música que vem de fora, das Antilhas.

P. — Em relação a algumas das letras do vosso álbum, nas quais elogiam o líder da UNITA, parece-me que corremos o risco de regredir ao tempo em que, em Angola, apenas se praticava música de intervenção. Antigamente era o "ayuê camarada Neto", agora é o "ayuê Dr. Savimbi"?

B. — Bem, nós com este disco quisemos dar a ideia de que algo está a mudar. Tem de haver liberdade de expressão e atrás de nós poderão vir outros, cantando não só o dr. Savimbi mas também o José Eduardo dos Santos ou o Pinto de Andrade.

T. — No futuro poderemos fazer outra coisa. Nesta fase sentimos necessidade de fazer essas músicas. Nós, como angolanos, queremos

contribuir para um país renovado e em paz.

B. — Nós somos músicos, poetas e filósofos e é assim que temos de ser compreendidos. E, nesta fase, achámos que tínhamos de apoiar uma pessoa que achamos que é um ídolo. ■

Cabo Verde: receitas de turismo aumentam

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 9 ABRIL 1992

AS RECEITAS líquidas, em divisas, obtidas pela indústria turística de Cabo Verde deverão atingir os 10 milhões de dólares em 1995, segundo um documento sectorial do turismo a que a Lusa teve acesso. Em 1990, as receitas com o turismo em Cabo Verde representaram apenas 1,3 por cento do produto interno bruto do arquipélago.

O documento sectorial, debatido pelo Governo no âmbito das discussões à volta do III Plano Nacional de Desenvolvimento (1991-1995) preconiza o aumento do número de entradas de estrangeiros no país para 58 mil, contra 20 mil em 1990, e do número de dormidas para 500 mil, contra 175 mil em 1990. ■

Vítor Saúde Maria em Lisboa

PÚBLICO
8 ABRIL 1992

O DIRIGENTE da oposição guineense, Vítor Saúde Maria, iniciou ontem uma visita de cerca de 10 dias a Portugal para contactos políticos, nomeadamente com Mário Soares. O líder do Partido Unido Social-Democrata deverá encontrar-se ainda com dirigentes do PS e do PSD bem como com deputados, empresários, dirigentes sindicais e imprensa, tendo para tal de deslocar-se ao Porto, a Coimbra e ao Algarve. Antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau entre 1973 e 1982 e ex-primeiro-ministro de 1982 a 84, Saúde Maria apresentou já a sua candidatura às próximas eleições presidenciais que ainda não têm data marcada. ■

Guiné-Bissau: produção de cereais baixa

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 9 ABRIL 1992

A PRODUÇÃO de cereais da Guiné-Bissau em 1991 acusa uma quebra de 58 por cento, relativamente ao ano precedente, passando de 250,4 mil toneladas para 104,74 mil toneladas, de acordo com um documento apresentado no fim-de-semana pelo Governo à Assembleia Nacional Popular. A falta de chuva, a utilização de técnicas de produção arcaicas,

que requerem elevado esforço humano, mas de fraco rendimento, a par de dificuldades de armazenamento e de comercialização são as razões que estão por detrás do aumento do défice cerealífero do país. Este motivo pode levar a Guiné-Bissau a apelar à comunidade internacional para cobrir, no todo ou em parte, o défice do país. ■

10
Líder da Frente Democrática da Guiné-Bissau ao PÚBLICO
“E indispensável uma mudança”

ERA POSSÍVEL “ter feito muito mais na Guiné-Bissau do que aquilo que se fez desde que em 1973 se proclamou a independência” — disse ontem ao PÚBLICO um antigo secretário de Estado da Cooperação Internacional e do Plano, Aristides Menezes, de 43 anos, agora a chefiar uma das novas formações políticas, a Frente Democrática, que “segue uma linha de centro-esquerda, social-democrata”.

Os melhores anos que se viveram no país foram os dois que se seguiram ao golpe de 14 de Novembro de 1980 contra o Presidente Luís Cabral, mas depois a situação piorou, principalmente a partir de 1985 — considerou Menezes, que na semana passada foi recebido em Lisboa pelo secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso.

Sob a Presidência de João Bernardo Vieira, “Nino”, assistiu-se nos últimos sete anos a “um grande índice de corrupção” e a uma demissão colectiva das responsabilidades, pelo que são necessários “novos rostos, novas personalidades” — prosseguiu o

entrevistado, que se queixou da prática corrente do suborno: “É necessário moralizar a própria administração pública”.

Segundo ele, licenciado em economia pela Universidade de Lisboa, os quadros que após a proclamação unilateral da independência acabaram estudos no estrangeiro e voltaram para o país “começaram a sentir um tampão”, pois que os elementos mais velhos — designadamente antigos guerrilheiros — os bloqueavam.

Aristides Menezes disse ao PÚBLICO que sempre discordou de muita coisa que se ia fazendo na Guiné-Bissau, mas que só avançou para a fundação da Frente Democrática no ano passado, depois de ter assistido ao afastamento da ala renovadora do PAIGC, o partido há 18 anos no poder.

Na sua óptica, existem actualmente no país três blocos políticos fundamentais: a sua própria Frente, que se pretende “o

mais abrangente possível”, o PAIGC e o Fórum Democrático, que congrega quatro dos grupos da oposição — a Frente Democrática Social (FDS), de Rafael Barbosa, o Partido Unido Social Democrata (PUSD), de Victor Saúde Maria, o Movimento Bafatá, de Domingos Fernandes Gomes, e o Partido da Convergência Democrática (PCD), de Victor Mandinga.

Menezes afirmou-nos que desejaria primeiro as eleições legislativas e depois as presidenciais, ou então as duas em simultâneo; e nunca as presidenciais primeiro, como propõe o PAIGC, sem que até agora as datas hajam sido negociadas.

De qualquer modo, defende que os dois actos se realizem durante o último trimestre deste ano, que não sejam de forma alguma adiados e que haja consenso em torno de uma candidatura independente à Presidência da República, que não seja a do chefe

PÚBLICO

14 ABRIL 1992

de nenhum dos partidos. Ele próprio não se candidata, mas gostaria que outras figuras da oposição ao PAIGC, como Rafael Barbosa e Victor Saúde Maria, também o não fizessem. ■

Jorge Heitor

Portugueses querem parque industrial na Guiné

UM GRUPO de técnicos e empresários da região de Aveiro ligados à construção civil deslocar-se no próximo domingo à Guiné-Bissau, onde permanecerá durante uma semana, numa missão organizada pela Casa de Aveiro — Associação Amigos da Guiné.

O motivo imediato da missão prende-se com a realização de um simpósio sobre construção civil, mas estão também previstos contactos com autoridades governamentais e autárquicas do país. O objectivo final destas missões empresariais (esta é a terceira) é contudo muito mais ambicioso.

De acordo com informações do dirigente da Casa de Aveiro Paulo Rebocho, que é um dos principais entusiastas da iniciativa, as missões à Guiné visam o arranque de um parque industrial nos arredores de Bissau, onde se instalarão “exclusivamente empresas de capital português”. Para tal, está em vias de ser criada uma sociedade de desenvolvimento que contará com capitais privados portugueses e capitais guineenses assegurados pelo Banco Internacional da Guiné-Bissau (BIGB).

A zona industrial implantar-se-á na Bolola, nos arredores de Bissau, num terreno com cinco hectares cedido pela câmara local, “com possibilidades

de expansão ilimitada”, assegurou-nos Paulo Rebocho.

Quanto às futuras indústrias a instalar na Guiné, as mais prováveis situam-se nas áreas de carpintaria e marcenaria, na olaria (pasta branca e barro vermelho) e na agro-pecuária. Neste último caso, há fortes possibilidades de a Lacticoop (que produz e comercializa a marca Gresso) liderar um projecto que poderá dar os primeiros passos com a visita à Guiné do presidente da Cooperativa, João Pandeirada, que integra a comitiva que rumará a Bissau no domingo.

A exploração de plantações de arroz é outra das hipóteses prováveis das futuras ligações de empresários aveirenses àquele país africano, tudo isto complementado com acções de formação profissional que assegurem a necessária mão-de-obra local para “alimentar” os futuros pólos industrial, agrícola e agro-pecuário.

Na Guiné, país reconhecidamente pobre e com um mercado interno praticamente inexistente, os empresários aveirenses têm intenção de instalar capacidade produtiva que, para além de servir aquele mercado, tentará penetrar nos países limítrofes — Senegal e Guiné-Conakri — e, naturalmente, em Portugal.

PÚBLICO

17 ABRIL 1992

Esta missão à Guiné integra elementos da Casa de Aveiro, dois construtores civis, João Pandeirada, da Lacticoop, e vários técnicos, entre os quais o ex-candidato à presidência da República Carlos Marques, que fará uma comunicação sobre a “Expansão Urbana de Bissau”. ■

Carlos Romero

EXPRESSO,

17 DE ABRIL DE 1992

Hoti-Portugal em Cabo Verde

A HOTI-Portugal Hotéis, uma das mais recentes cadeias portuguesas de gestão hoteleira, acaba de celebrar com o Governo da República de Cabo Verde um contrato de exploração para o Hotel Belorizonte.

O presente contrato, que conduz à substituição da cadeia francesa Novotel na gestão daquele hotel, resulta do primeiro lugar alcançado pela Hoti no concurso internacional promovido pelo Governo cabo-verdiano.

Com a nova exploração, a Hoti passa a controlar um total de 5000 camas em oito unidades hoteleiras, localizadas no Porto, Espinho, Serra da Estrela, Montechoro, Alvor e Cabo Verde.

PÚBLICO 16 ABRIL 1992

“História Geral de Cabo Verde”

O PRIMEIRO volume da “História Geral de Cabo Verde”, coordenado pelos historiadores Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, foi ontem de manhã lançado numa cerimónia em Lisboa. O livro, o primeiro de quatro, resulta da assinatura, há cinco anos, de um acordo de cooperação entre os governos cabo-verdiano e português. “Esta é uma síntese da história de um povo em construção, de um país que soube existir, resistindo às adversidades”, disse o ministro da Cultura de Cabo Verde, Leão Lopes, salientando tratar-se de um “caso exemplar” da cooperação entre os dois países.

“A obra é também uma homenagem ao homem, desde o Padre António Vieira a Amílcar Cabral, passando pelo historiador Luís de Albuquerque”, concluiu Leão Lopes. O ministro português do Planeamento, Valente Oliveira, quis também homenagear o historiador, falecido em Janeiro, pelo seu rigor “e pela pesquisa e tratamento exaustivo dado às fontes existentes” e defendeu, que “a história colonial usando a Europa como centro está feita, sendo agora preciso deslocar a perspectiva do historiador, para uma visão centrada em África”. Este primeiro volume abrange o período entre 1460 e 1560 e foi lançado em Cabo Verde no dia 28 de Fevereiro. Na ocasião, foi ainda divulgado o segundo volume de documentos compilados durante a investigação. ■ M.R.

EUA tentam desbloquear processo de paz

PÚBLICO
15 ABRIL 1992

OS ESTADOS UNIDOS estão a tentar desbloquear o impasse que se instalou nas conversações para a paz em Moçambique, que desde há quase dois anos decorrem em Roma — disseram ao PÚBLICO fontes diplomáticas de Washington, cujo subsecretário de estado para os Assuntos Africanos é hoje esperado em Maputo.

No mês passado, após a conclusão de um protocolo sobre a lei eleitoral, a Renamo exigiu a discussão imediata de assuntos constitucionais, mas a agenda prevê a abordagem de questões militares. E Maputo, com o apoio de Washington, manifestou publicamente o desejo de cumprir a agenda prevista acordada.

Na próxima ronda de negociações, sob a mediação da Igreja Católica e do Governo italiano, está em princípio marcada para a próxima semana, mas as fontes do PÚBLICO afirmam que o seu início naquela data não é seguro. "Primeiro é preciso garantir que as partes aceitam discutir a mesma coisa, não se pode negociar com agendas divergentes" — disse um diplomata conhecedor das iniciativas dos Estados Unidos.

Durante umas curtas férias na Europa, no princípio deste mês, o subsecretário de estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, reuniu-se com os mediantes, a quem apresentou o que fontes oficiais descreveram como "ideias de consenso que têm em consideração as preocupações de todas as partes".

As fontes não revelaram as propostas, mas adiantaram que na semana passada uma equipa técnica alçada dos EUA deslocou a Roma (onde Washington mantém quatro técnicos disponíveis para consulta pelas partes) para discussões pormenorizadas com os mediantes acerca das "ideias" norte-americanas.

Renamo faltou

A equipa de mediação deveria ter discutido as propostas com a Renamo, cujos representantes, contudo, não compareceram a reuniões, apazadas para Roma, na semana passada.

As propostas norte-americanas foram discutidas pelo

chefe da delegação oficial moçambicana às conversações, o ministro Armando Guebuza, em reuniões que entretanto decorreram na Secretaria de Estado, com Jeffrey Davidow e o superior hierárquico deste, o subsecretário de estado Herman Cohen.

Cohen visita Maputo de hoje a sexta-feira e será recebido pelo Presidente Joaquim Chissano, mas ainda fica mais uma semana na África e não se exclui a possibilidade de um encontro com altos dirigentes da Renamo, incluindo o respectivo líder, Afonso Dhlakama.

Diplomatas que acompanham o processo de paz moçambicano admitem que os EUA sugeriram, tal como sucedeu nas conversações de paz angolanas, a criação de sub-grupos políticos e militares para a negociação simultânea das questões constitucionais e do cessar-fogo.

Os mesmos diplomatas admitem que no primeiro protocolo saído das negociações, em Dezembro de 1990, se encontra a chave para o actual impasse. Afirma-se no documento que, firmado um acordo, a Renamo cessa as actividades militares e o Estado revoga as leis contrárias ao que for acordado.

A Renamo, que tem objecções específicas a 17 artigos da nova Constituição de Moçambique, pretende negociar alterações à mesma antes de aceitar um acordo de cessar-fogo. Concluído esse, a sua imediata aplicação poderia impedir os rebeldes de recorrer com êxito a pressões militares para obrigar o Governo a fazer cedências constitucionais.

Maputo, por seu turno, sugere que, eleita uma nova Assembleia Nacional, os partidos nela representados façam as suas propostas de alterações à lei fundamental. A Frelimo parece crente na vitória; e remetendo a revisão constitucional para uma Assembleia onde detivesse a maioria poderia impedir a aprovação das alterações pretendidas pela Renamo.

Admite-se agora que os EUA proponham a suspensão, até que sejam possíveis eleições, de alguns artigos da Constituição, como forma de quebrar o impasse. ■

Bill Morris, em Washington

Cohen anuncia ajuda a Moçambique

PÚBLICO
SEXTA-FEIRA 17 ABRIL 1992

A GRAVE seca em Moçambique e o sofrimento da população são factores que, para o subsecretário dos EUA para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, devem acelerar o estabelecimento da paz no país.

Em conferência de Imprensa ontem em Maputo, Herman Cohen, que teve um encontro com o Presidente Joaquim Chissano, sublinhou a urgência da assinatura do acordo de cessar-fogo entre o

Governo e a Renamo, porque "a guerra aumenta os efeitos devastadores da seca". Para minimizar a gravidade da situação, os EUA anunciaram que vão colocar em Moçambique, até finais de Setembro, 300 mil toneladas de alimentos, avaliados em 70 mil dólares.

Chissano e Cohen discutiram a próxima ronda de negociações de paz em Roma, que na óptica do diplomata dos EUA deve entrar agora na discussão de questões militares ligadas ao período de transição.

Cohen recusou-se a revelar o conteúdo da carta que enviou recentemente ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama, com o qual se encontrará no final do seu périplo africano. Mas frisou que os EUA põem de parte a utilização de "medidas coercivas" para pressionar a Renamo a pôr fim à guerra. ■

Teresa Lima, em Maputo

Cahora Bassa fornece

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA 16 ABRIL 1992

MOÇAMBIQUE poderá vender energia eléctrica de Cahora Bassa ao Zimbabué, a partir de 1998, com a assinatura de um acordo para a construção de uma linha de transporte de electricidade entre os dois países, agendada para ontem, na central do Songu.

Um dos principais beneficiários deste acordo é a empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa, detida em 80 por cento por Portugal. Depois de ter gasto cerca de 130 milhões de contos na barragem (e de ter coberto perdas diárias de cerca de 27 mil contos), o nosso país poderá assim começar a obter algum retorno financeiro. A construção da refe-

rida linha de transporte de electricidade depende de um projecto avaliado em 200 milhões de dólares, a financiar pelo banco Europeu de Investimento (40 milhões), Banco Africano de Desenvolvimento (40 milhões), França (43 milhões), Itália (40 milhões) e o restante pela Suécia, Noruega e Finlândia. ■

Maré negra ameaça Moçambique

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA 20 ABRIL 1992

UMA CATÁSTROFE ecológica de proporções imprevisíveis ameaça atingir a costa moçambicana, na sequência do encalhe num banco de areia do petroleiro grego Katina P, transportando 60 mil toneladas de combustível. O acidente ocorreu no canal de Moçambique, 50 quilómetros ao largo de Maputo. Ontem de manhã, fontes ligadas à biologia marítima declararam ao PÚBLICO ter sido detectada no mar uma mancha de combustível com 2,5 quilómetros de largo que avançava em direcção à ilha da Inhaca, frente à baía de Maputo. O acidente foi detectado pelas autoridades marítimas moçambicanas no sábado de manhã, mas na ocasião os armadores do navio afirmaram que, apesar de ele ter sofrido um rombo no casco, a situação estava sob controlo. Dos 20 tripulantes a bordo, 17 foram logo evacuados, e neste momento toda a equipa se encontra já em terra. Entretanto, foi requisitado equipamento técnico à África do Sul, enquanto os armadores do Katina P estão a diligenciar para que um outro petroleiro chegue à costa moçambicana, numa tentativa de evitar o derrame total do combustível no mar. Biólogos moçambicanos consideram que o acidente se pode traduzir num enorme desastre ecológico, pondo em perigo toda a zona costeira de mangal — grande viveiro da cultura de camarão. Igualmente em risco, agravado pela existência de marés vivas com ventos que sopram na direcção mar-terra, está toda a família de peixes, crustáceos e algas. O canal de Moçambique constitui uma importante rota petrolífera, registando a passagem de 470 navios por ano, num total de 4600 toneladas de combustível em circulação. ■

Crise em São Tomé e Príncipe

O PRESIDENTE Miguel Trovoada convocou para hoje uma reunião extraordinária da Assembleia Nacional (Parlamento) de São Tomé e Príncipe, a fim de discutir o diferendo que o opõe ao Governo do primeiro-ministro, Daniel Daio.

Ao fazer a convocatória, disse que "a estabilidade política e o regular funcionamento das instituições são-tomenses estão em perigo", na sequência da crise que já se arrasta há mais de oito dias.

Fontes políticas disseram ao PÚBLICO que Trovoada poderá sair vencedor do conflito, pois que conta com o apoio não só da bancada parlamentar do MLSTP/Partido Social Democrata como, também, do único deputado do CODO Partido Democrático e de mais de uma dezena de independentes eleitos nas listas do Partido da Convergência Democrática (PCD), no poder.

O Presidente da República aposta na reformulação do

actual executivo, sendo Daniel Daio afastado da sua liderança, por ter entrado em choque com Trovoada e não conseguir ter uma acção mobilizadora da maior parte da população do pequeno país equatorial.

A fim de explicar no estrangeiro o que é que se está a passar em São Tomé e Príncipe, pouco mais de um ano depois das primeiras eleições multipartidárias, o Chefe do Estado enviou ao Gabão, Angola, Costa do Marfim, França e Portugal o seu filho e assessor de relações internacionais, Patrick Trovoada.

Enquanto isto, Carlos Graça, secretário-geral do MLSTP, principal força da oposição, defende que o próximo primeiro-ministro volte a ser do PCD, pois é ainda cedo para se pensar em eleições legislativas antecipadas, mas que englobe pessoas de outras formações políticas. ■

Manuel Dende, em São Tomé

Trovoada opta pela conciliação

O PRESIDENTE de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, adiou ontem o desfecho da crise política aberta há nove dias devido a divergências entre o chefe de Estado e o primeiro-ministro, Daniel Daio.

Trovoada, que convocara para ontem uma sessão extraordinária do parlamento para debater este diferendo, acabou por adoptar, no seu discurso aos deputados, uma posição conciliatória face a Daio, embora tenha advertido o partido no poder de que "não tem necessariamente que aceitar um primeiro-ministro vindo das suas fileiras". O Presidente considerou, contudo que o Executivo do Partido da Convergência Democrática (PCD) "deve continuar a governar para cumprir o seu programa".

Num discurso de 20 minutos, Trovoada tentou apaziguar os ânimos, mas reprovou o comportamento público do chefe do Governo, a quem acusou de fomen-

tar os boatos que circulam no país. Na opinião dos observadores, o discurso do Presidente não correspondeu às expectativas da opinião pública e, sobretudo, dos 2 mil manifestantes concentrados à frente do parlamento e que exigiam a demissão do Executivo de Daniel Daio.

Os dois principais partidos da oposição ainda não reagiram ao discurso do chefe de Estado, que afastou a hipótese de realizar eleições antecipadas, devido à sobrecarga económica que um tal acto acarretaria.

Ontem falava-se em São Tomé sobre a possibilidade de a oposição convocar uma manifestação para a próxima semana como forma de protesto pela aparente reconciliação de Trovoada com o Executivo de Daio. O MLST/Partido Social-Democrata e o Partido Democrático (CODO) têm vindo a exigir a constituição de um governo de "unidade nacional". ■

Manuel Dende, em São Tomé

CE na África do Sul

PÚBLICO

16 ABRIL 1992

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros dinamarquês, Uffe Ellemann-Jensen, mostrou-se disposto a pedir aos seus parceiros da Comunidade para que seja enviada uma força internacional destinada a tentar controlar a violência nas cidades negras da África do Sul. O chefe da diplomacia de Copenhaga disse que iria apresentar a sua proposta à CE ainda antes da prevista visita da "troika" comunitária àquele país. Ellemann-Jensen considerou, ainda, durante uma conferência de imprensa dada, na quinta-feira, na Cidade do Cabo, no termo de uma visita à África do Sul, que esta força internacional não deveria ser militar, embora possa incluir forças de polícia. "A minha impressão é que devemos encarar, no quadro da Comunidade Europeia, uma iniciativa comum" em favor da África do Sul, acrescentou. O bispo anglicano Desmond Tutu e o próprio Nelson Mandela apoiaram a ideia de Ellemann-Jensen. Mas o ministro da Defesa sul-africano, Roelf Meyer, advertiu que qualquer iniciativa deste género seria tida como uma ingerência nos assuntos internos do seu país. ■

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 17 ABRIL 1992

ANGLO-AMERICAN ABRE NOVA MINA — O grupo Anglo-American vai investir 1,7 mil milhões de randes (cerca de 85 milhões de contos) na abertura de uma nova mina profunda de ouro no Norte do Estado de Orange, na África do Sul. O presidente da divisão de ouro e urânio da empresa afirmou que a mina dispõe de importantes reservas de minério e produzirá 13 toneladas de ouro anuais durante um quarto de século, em laboração total. ■

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 20 ABRIL 1992

Buthelezi culpa Satã

O PRESIDENTE da África do Sul, F. W. de Klerk, esteve ontem — em Morija, no Transvaal — numa cerimónia pascal com os líderes do ANC, Nelson Mandela (o mais aplaudido), e do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, que disse nada terem a ver com a violência que assola o país. "É como se o próprio Satã andasse por aí, com esses que puxam o gatilho das AK-47, retiram as cavilhas das granadas de mão e acendem bombas para incendiar pessoas". Perante um milhão de fiéis da Igreja Cristã de São, criada em 1910, De Klerk pediu o fim da violência que nos últimos dois anos já matou 5 mil negros sul-africanos. ■

PÚBLICO

DOMINGO, 19 ABRIL 1992

Exportações recorde para a África do Sul

AS EXPORTAÇÕES portuguesas para a África do Sul atingiram durante o ano passado um valor recorde de 6,4 milhões de contos, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística. As importações daquele país somaram 22,5 milhões de contos, pelo que o saldo da balança comercial, desfavorável a Portugal, foi de 15,9 milhões de contos, contra 20,6 milhões em 1990. ■

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 16 ABRIL 1992

Winnie deixa cargo no ANC

WINNIE MANDELA comunicou ontem que vai abandonar o seu cargo mais importante na liderança no Congresso Nacional Africano (ANC), para não prejudicar o movimento com as acusações de que está envolvida em dois assassinios. "Pedi ao ANC que me liberte das minhas funções como chefe do departamento de segurança social, logo que um sucessor possa ocupar o meu lugar", disse a ex-mulher de Nelson Mandela, retendo as lágrimas com dificuldade, numa conferência de imprensa em Joanesburgo. Proclamando "devoção e lealdade" ao ANC, Winnie não indicou se vai abandonar também o Comité Executivo da organização. Evitou igualmente qualquer referência ao seu divórcio de Nelson Mandela, que ele próprio anunciou na segunda-feira, invocando "divergências" do casal. Nelson "continua a ser o amor da minha vida", garantiu Winnie, voltando a negar as acusações de que tem sido alvo. "A campanha de calúnias criou uma situação difícil para o ANC, para o meu marido e para mim". ■